

# **TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ**

## ***DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS***

## ***DIRETORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS***

### **SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS**

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (SIM-PCA)**

**EXERCÍCIO DE 2004**

**Instrução Técnica nº 34/2004-DCM**



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

## **INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 34/2004-DCM**

**Regulamenta o Provimento nº 48/2002, quanto à prestação de contas anual, relativa ao exercício financeiro de 2004, dos Municípios do Estado do Paraná, e das respectivas entidades da Administração Indireta.**

### **CAPÍTULO I – DA APLICABILIDADE**

Art. 1º - As normas desta Instrução aplicam-se às Câmaras Municipais e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo dos Municípios do Estado do Paraná.

Art. 2º - Entende-se por:

- I. Administração Direta, as Prefeituras e Câmaras Municipais, abrangendo os fundos cuja contabilidade é centralizada.
- II. Administração Indireta, os Fundos, cuja contabilidade é descentralizada, os Fundos Previdenciários, as Fundações de Direito Público Interno e as Autarquias Municipais.

Art. 3º - As entidades da Administração Indireta, cuja contabilidade foi centralizada no decurso do exercício de 2004, devem encaminhar as respectivas prestações de contas abrangendo o período em que a escrituração contábil foi realizada em separado.

Parágrafo Único - Todas as entidades da Administração Indireta que prestaram contas relativamente ao exercício de 2003, e apresentaram balanço individualizado na data do encerramento daquele exercício devem encaminhar a prestação de contas do exercício de 2004 e elaborar o respectivo balanço, mesmo que para demonstrar a centralização nas contas da Prefeitura.

Art. 4º - Constitui condição para a remessa da prestação de contas, a atualização cadastral da entidade junto ao Sistema de Cadastro do Tribunal de Contas, a ser realizada através da internet.

### **CAPÍTULO II – DO PRAZO**

Art. 5º – As prestações de contas das entidades abrangidas por esta Instrução Técnica serão protocoladas junto ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Contas até as 19:00 horas do dia 31/03/2005.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

Art. 6º – O encaminhamento dos documentos comprobatórios da prestação de contas poderá ser realizado através do Serviço de Correios, mediante remessa registrada, caso em que será considerada como data de entrega a de postagem na Agência de Correios.

Art. 7º – A transferência dos dados eletrônicos da prestação de contas, via internet, será realizada até as 24:00 horas do dia 31/03/2005.

§ 1º – A recepção dos dados eletrônicos dependerá de confirmação da respectiva consistência em relação às informações enviadas através do sistema SIM-Acompanhamento Mensal.

§ 2º - A verificação de consistências será realizada, de forma automática pelo sistema, cabendo às entidades que enviaram a prestação de contas eletrônica certificarem-se de sua aceitação, junto à página do Tribunal na internet.

§ 3º - O Tribunal de Contas disponibilizará em sua página na internet, recibo de entrega da prestação de contas eletrônica, ou, quando esta não for aceita por falha de consistência de dados, a relação dos erros constatados.

§ 4º - A prestação de contas eletrônica somente será considerada entregue, e emitido o respectivo recibo de entrega, quando os dados forem validados pelo sistema sem apresentação de falhas de consistência.

§ 5º - Constitui pré-condição para o recebimento definitivo dos dados da prestação de contas eletrônica, a existência da Declaração do Cálculo Atuarial disciplinada na forma do artigo 19, desta Instrução Técnica, para os municípios vinculados a Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, aplicando-se esta exigência as Prefeituras e as entidades de natureza previdenciária.

Art. 8º – Para fins de contagem de prazo, somente será considerada entregue a prestação de contas quando da recepção da parte documental junto ao Protocolo do Tribunal de Contas, em conjunto com a parte de dados eletrônicos, nos termos do artigo 9º.

### **CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 9º – A composição das prestações de contas das entidades municipais está determinada no Anexo I, desta Instrução, e será integrada de:

#### **I. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:**

- a) Dados informatizados do sistema SIM-Acompanhamento Mensal, encaminhados nos termos da Instrução Técnica nº 23/2004;
- b) Dados informatizados do sistema SIM-Prestação de Contas Anual, nos termos desta Instrução Técnica;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- c) Declaração do Cálculo Atuarial, firmada na página do Tribunal na internet pelo profissional responsável pela elaboração da avaliação atuarial, para os municípios com Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;
- d) Documentos comprobatórios, conforme Título I.3, do Anexo I, desta Instrução Técnica;
- e) Arquivos magnéticos acondicionados em CD Rom, contendo os documentos eletrônicos relativos ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária para o exercício de 2004, e respectivos anexos, nos termos do art. 17 da Instrução Técnica nº 23/2004.

### II. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, cuja contabilidade é centralizada no Executivo:

- a) Dados informatizados do sistema SIM-Acompanhamento Mensal, nos termos da Instrução Técnica nº 23/2004, remetidos em conjunto com os dados da Prefeitura Municipal;
- b) Dados informatizados do sistema SIM-Prestação de Contas Anual, nos termos instituídos nesta Instrução Técnica;
- c) Documentos comprobatórios, conforme Título II.3 do Anexo I, desta Instrução Técnica.

### III. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, com contabilidade própria:

- a) Dados informatizados do sistema SIM-Acompanhamento Mensal, encaminhados nos termos da Instrução Técnica nº 23/2004;
- b) Dados informatizados do sistema SIM-Prestação de Contas Anual, nos termos instituídos nesta Instrução Técnica;
- c) Documentos comprobatórios, conforme Título II.3 do Anexo I, desta Instrução Técnica.

### IV. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

- a) Dados informatizados do sistema SIM-Acompanhamento Mensal, encaminhados nos termos da Instrução Técnica nº 23/2004;
- b) Dados informatizados do sistema SIM-Prestação de Contas Anual, nos termos instituídos nesta Instrução Técnica;
- c) Declaração do Cálculo Atuarial, firmada na página do Tribunal na internet pelo profissional responsável pela elaboração da avaliação atuarial, para os municípios com Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;
- d) Documentos comprobatórios, conforme Título III.3 do Anexo I, desta Instrução Técnica.

Art. 10 – A prestação de contas das entidades municipais será composta de documentos originais ou de cópias autenticadas pela autoridade competente, devendo a entidade manter cópia integral da mesma.

Art. 11 – A ausência de encaminhamento de quaisquer dos elementos da prestação de contas, definido na forma do Anexo I, desta Instrução Técnica, ou o encaminhamento incompleto, constitui fator determinante de irregularidade formal, ensejando parecer negativo à aprovação das contas.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

### **CAPÍTULO IV – DOS DADOS INFORMATIZADOS**

Art.12 – A parte informatizada da prestação de contas, será constituída dos dados enviados através dos sistemas SIM-Acompanhamento Mensal, conforme Instrução Técnica nº 23/2004, e SIM-Prestação de Contas Anual, nos termos desta Instrução Técnica.

Art. 13 – A remessa dos dados informatizados através do sistema SIM-Acompanhamento Mensal, substitui o encaminhamento físico dos anexos da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Lei 4320/64.

§ 1º – O encaminhamento do último bimestre do sistema SIM-AM, estará condicionado à Declaração Formal do responsável técnico da entidade, atestando a exatidão dos dados enviados ao Tribunal através daquele sistema, em comparação com aos registros constantes do respectivo sistema de contabilidade.

§ 2º - A Declaração referida no § 1º, será obtida pelo sistema SIM-AM, antes de realizar a criação do arquivo de remessa do 6º bimestre, mediante confirmação de senha de acesso, ocasião em que serão disponibilizados, para conferência, os principais valores que compõem o Balanço Patrimonial da entidade.

Art. 14 – O sistema SIM–Prestação de Contas Anual do Exercício Financeiro de 2004, conterá a seguinte estrutura de dados:

- I. Questionário de Controle, onde serão obtidas informações gerais para fins de controle externo.
- II. Indicação do número das folhas do processo de prestação de contas, onde constem os documentos comprobatórios dos ajustes realizados na conciliação dos saldos das contas bancárias.
- III. Relação das inscrições e baixas do Ativo e Passivo Permanente.
- IV. Informações sobre a remuneração dos agentes políticos e legislação correlata, incluindo o detalhamento do exercício dos mandatos dos Agentes Políticos e das Sessões Legislativas Extraordinárias convocadas.
- V. Dados sobre os servidores do magistério, incluindo lotação e remuneração, além das obrigações da entidade com os sistemas previdenciários próprio e geral.
- VI. Informações sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município, incluindo dados sobre a extinção ou administração do sistema.
- VII. Informações sobre a compatibilização dos projetos orçamentários às Diretrizes Orçamentárias e ao Plano Plurianual, além da relação das sentenças judiciais em que a entidade é devedora.
- VIII. Detalhamento das despesas com o custeio de atividades de outros entes da federação, das despesas com publicidade e propaganda e das subvenções sociais concedidas a entidades privadas, com o detalhamento das respectivas prestações de contas de aplicação dos recursos concedidos.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

§ 1º - Todas as rotinas de entrada de dados no sistema apresentam um campo adicional para a inserção de Notas Explicativas, onde deverão ser ressalvadas pela entidade as situações que possam interferir na interpretação das informações e, conseqüentemente, nas conclusões sobre a prestação de contas.

§ 2º - Os dados inseridos no sistema constituem declaração formal do agente público responsável, e serão utilizados como fator determinante à orientação da análise material da prestação de contas da entidade.

Art. 15 – O Manual Técnico e Operacional do sistema SIM-Prestação de Contas Anual, nos termos do Anexo II desta Instrução, constitui-se em documento de orientação técnica à elaboração da prestação de contas.

Art. 16 – Na forma do Anexo III, desta Instrução Técnica, fica determinada a estrutura dos dados para fins de transferência direta das informações contidas em sistemas administrativos e gerenciais das entidades, dispensando a inclusão manual, via digitação.

Art. 17 – O encaminhamento dos dados informatizados será procedido, individualmente, pelas entidades municipais, através da página do Tribunal de Contas na internet, onde serão disponibilizados mecanismos de consistência, validação e recepção das informações, nos termos definidos no Manual Técnico e Operacional.

Art. 18 - A Câmara Municipal cuja contabilidade é realizada em conjunto com a do executivo, terá as informações respectivas enviadas pela Prefeitura Municipal, sem prejuízo das responsabilidades pela gestão, atribuíveis ao Presidente da Casa Legislativa.

Art. 19 – Constitui parte integrante da prestação de contas eletrônica, Declaração do Cálculo Atuarial, contendo os dados da avaliação atuarial realizada para o exercício respectivo, que será firmada pelo profissional responsável, junto à página do Tribunal na internet.

§ 1º – Para os fins deste artigo, o município efetuará o cadastramento dos atuários responsáveis, junto ao sistema de cadastro de pessoas do Tribunal.

§ 2º - Com o cadastramento concluído, aos atuários será fornecida senha eletrônica, liberando acesso ao procedimento na página do Tribunal na internet, para elaboração das Declarações do Cálculo Atuarial sob sua responsabilidade.

### **CAPÍTULO V – DAS RETIFICAÇÕES**

Art. 20 – As retificações dos dados enviados através do sistema SIM-Prestação de Contas Anual, serão procedidas mediante as seguintes condições:



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

- I. Até as 24:00 horas do dia 31/03/2005, incondicionalmente, através de novo encaminhamento dos dados, de acordo com os procedimentos próprios disponíveis na página do Tribunal de Contas na internet.
- II. A partir de zero hora do dia 1º/04/2005, com interveniência da Diretoria de Contas Municipais, mediante pedido de substituição fundamentado.

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso II, deste artigo, a substituição dos dados será requerida pelo agente público responsável pela prestação de contas, com exposição minudente dos motivos da retificação, em procedimento junto à página do Tribunal na internet.

Art. 21 – Os pedidos de substituição de dados da prestação de contas não serão acatados após iniciada a análise técnica da prestação de contas.

### **CAPÍTULO VI – DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 22 – Os Documentos comprobatórios da prestação de contas das entidades municipais, relacionados no Anexo I desta Instrução, deverão compor volumes individualizados, por entidade, e autuados da seguinte forma:

- I. Um ou mais volumes do Poder Executivo Municipal, autuados nos termos do Título I.2, do Anexo I.
- II. Um ou mais volumes do Poder Legislativo, com ou sem contabilidade própria, autuados nos termos do Título II.2, do Anexo I.
- III. Um ou mais volumes de cada uma das entidades da Administração Indireta, autuados nos termos do Título III.2, do Anexo I.

Art. 23 – A autuação dos volumes da prestação de contas deverá ser realizada em estrita observância à sequência de documentos contida nos títulos I.3, II.3 e III.3 do Anexo I, desta Instrução.

Art. 24 - A remessa das prestações de contas das entidades da Administração Indireta deverá ser realizada, preferencialmente, em conjunto com as do Poder Executivo, compondo, no entanto, volumes destacados com sequência numérica de folhas específica para cada entidade.

Art. 25 – O Setor de Protocolo, do Tribunal de Contas, não recepcionará Prestações de Contas sem Ofício de Encaminhamento e Índice onde sejam indicadas as numerações das folhas de cada item da Relação de Documentos, contida no Anexo I, subtítulos I.3, II.3 ou III.3, desta Instrução.

Parágrafo Único - Não se aplicando o documento ao caso específico da entidade, este fato deverá ser declarado na folha de Índice, de acordo com os Modelos 1, 2 e 3, mediante indicação da expressão “N/A” em substituição ao número de folhas do documento.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

Art. 26 – Os instrumentos orçamentários e de planejamento encaminhados pelo Poder Executivo Municipal, em atendimento ao art. 17, da Instrução Técnica nº 23/2004, não serão anexados ao processo de prestação de contas e permanecerão arquivados junto à Diretoria de Contas Municipais, no mínimo até o julgamento definitivo do processo respectivo.

### **CAPÍTULO VII – DOS RESPONSÁVEIS**

Art. 27 – Constitui pré-requisito para o recebimento da prestação de contas anual, a identificação dos responsáveis pela gestão, pela contabilidade da entidade e pelo cálculo atuarial, este último quando exigível, indicando-se as datas de início e fim dos períodos de responsabilidade coincidentes com o exercício financeiro de 2004.

§ 1º - Deverão estar previamente cadastrados no Sistema de Cadastro do Tribunal de Contas, todos os gestores que responderam pela entidade durante o exercício de 2004, bem como os responsáveis pela contabilidade e pelo cálculo atuarial no mesmo período.

§ 2º - O responsável técnico pela entidade deverá ser necessariamente profissional de contabilidade, com registro ativo e regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, comprovando este fato junto ao processo.

§ 3º - O responsável pelo cálculo atuarial deverá ter registro ativo e regular junto ao Instituto Brasileiro de Atuária.

### **CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 28 - Para fins de cumprimento da exigência contida no art. 31, § 3º da Constituição Federal, o Município disponibilizará durante sessenta dias, para consulta pública, os documentos encaminhados ao Tribunal de Contas nos termos desta Instrução, em conjunto com os demonstrativos impressos relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 29 – As entidades municipais ficam obrigadas à manutenção de arquivos, em boa ordem, dos documentos comprobatórios que dão suporte às transações contábeis, bem como do Livro Diário da Contabilidade onde serão individualizados os movimentos e transcritos, ao final do exercício, o Balancete Analítico de Verificação e os Anexos de balanço previstos na Lei 4320/64.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 30 – O Tribunal de Contas poderá determinar a realização de auditorias, tendo em vista os dados e documentos apresentados, cujos relatórios serão apensados à prestação de contas anual, servindo como subsídio à respectiva análise técnica e legal.

Parágrafo Único – Caberá representação ao Ministério Público Estadual quando for constatada a ocorrência do crime tipificado no art. 313-A, do Código Penal, no sentido de *"inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano."*

Cumpra-se.

Curitiba, em 22 de dezembro de 2004.

Henrique Naigeboren  
Presidente